

## **Reflexos da Política Interna: a política externa brasileira no Rio da Prata (1850-1852)**

### **Reflections on Internal Policy: the Brazilian foreign policy in the River Plate (1850-1852)**

Luan Siqueira\*

**Resumo:** O presente artigo procurou discutir a atuação da diplomacia brasileira diante da queda do regime de Juan Manoel Rosas, governador da Confederação Argentina entre os anos de 1850 e 1852. Para isso, o governo imperial construiu uma política de Intervenção, que foi sedimentada em negociações com o governador de Entre Ríos, Justo José de Urquiza, e com a facção política uruguaia. O Império tentou também realizar aproximações com o Paraguai, governado, na época, por Carlos Antônio López. Diante dessa conjuntura política, o artigo abordou ainda os desdobramentos dessas lutas em alguns jornais brasileiros que circularam na capital imperial, procurando ressaltar o impacto das ações diplomáticas brasileiras na política interna. As principais documentações utilizadas neste trabalho foram alguns relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros (RMNE) do Império do Brasil, ofícios, despachos e os jornais.

**Palavras-chave:** Política Interna. Política Externa. Rio da Prata

**Abstract:** This article seeks to discuss the role of Brazilian diplomacy facing the fall of Juan Manoel Rosas regimen, the Argentine Confederation governor between 1850 and 1852. To this purpose, the imperial government build an Intervention policy, which was based in negotiations with Entre Ríos governor, Justo José de Urquiza, and with uruguayan political faction, the Colorados. The empire also attempted to establish rapprochements with Paraguay, governed at the time by Carlos Antônio López. Given this political conjecture, the article also addresses the developments of these struggles in some Brazilian newspapers that circulated in the imperial capital, looking to highlight the impact of Brazilian diplomatic actions on

---

\* Doutor em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ/2023). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(PPHR /UFRRJ-2018) e graduado em Licenciatura plena de História (2016) pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana (LAHPIS).

domestic politics. The main documents used in this work were some reports from the Ministry of Foreign Affairs (RMNE) of the Empire of Brazil, official letters, dispatches and newspapers.

**Key words:** Intervention; Internal Politic. Foreign Policy. River Plate

## Introdução

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo central analisar os discursos dos diplomatas a respeito da construção da política de intervenção no Rio da Prata bem como suas interpretações sobre os rumos da diplomacia imperial, os contatos diplomáticos com os governos vizinhos e a conjuntura do instável jogo político platino. Os diplomatas não eram os responsáveis pelas decisões da política externa. Eles seguiam as instruções da secretaria dos Negócios Estrangeiros. Essas mesmas orientações eram debatidas e recomendadas pelo Conselho de Estado, órgão que deliberava as questões da política nacional e externa. O foco deste artigo não procurou debater a interpretação de cada conselheiro de Estado, mas sim se concentrou em investigar nas estratégias que os diplomatas e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros buscaram construir a política de intervenção após vários anos de Neutralidade.

A política externa brasileira para a região do Rio da Prata nos anos finais de 1840 e início dos de 1850 foi fruto, principalmente, das discussões da política nacional. Como apontam Haroldo Júnior e Rogério Farias, a discussão da diplomacia de um país em relação a uma determinada temática ou sobre alguma região envolve a influência de diversas variáveis, como por exemplo, os mecanismos e as justificativas do empreendimento de uma ação diplomática, o contexto internacional, o peso dos fatores políticos internos bem como as articulações e discussões propostas entre os formuladores da política externa (JÚNIOR; FARIAS, 2021, p.61). Esses elementos são fundamentais para a compreensão do processo de como uma política exterior é construída e definida. Analisar o processo decisório implica investigar o processo organizacional, isto é, os procedimentos e argumentos políticos bem como o sentido da implementação de uma linha diplomática utilizados pelo grupo ou partido político que se encontra no poder (JÚNIOR; FARIAS, 2021, p.65).

Ao se estudar a área das Relações Internacionais, deve-se investigar “a política da política exterior”, isto é, as origens e fundamentos da política exterior que por sua vez se encontra na compreensão da política nacional (LASAGNA, 1995, p. 396). A política externa, segundo Marcelo Lasagna, é fruto das transformações da política interna, passa por ajustes ou reestruturação em sua totalidade (LASAGNA, 1995, p. 393). A decisão de se tomar uma medida é um processo político. Em outras palavras, aquele grupo que elabora e decide a política externa apresenta um determinado interesse político ao escolher certa orientação. Como aponta Pierre Milza, “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política internacional, quer trate dos atos mais importantes da vida de um Estado ou das manifestações cotidianas da atividade internacional (MILZA, 2003, p. 360). As políticas interna e externa sempre estão conectadas.

Partindo desses pressupostos, para o período temporal em análise (1850-1852), o Conselho de Estado desenvolveu e recomendou a política de intervenção no Prata e o Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentou um papel primário execução das negociações diplomáticas com as lideranças políticas platinas no combate a Juan Manoel de Rosas, governador da Confederação Argentina e na reconstrução política do Estado Oriental. O Secretário dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, procurou desenvolver e manter uma diplomacia mais presente no Estado Oriental e na preocupação constante com o principal aliado do Império, Justo José de Urquiza.

Num processo organizacional e decisório de política externa, deve-se entender não somente os resultados, mas sim os meios pelos quais um governo procurou construir uma determinada ação diplomática (JÚNIOR; FARIA, 2021, p.76-77). Frente a essa perspectiva, será analisado os mecanismos pelos quais a diplomacia brasileira procurou empreender nas negociações com Urquiza, qual o partido político que o Império estreitou vínculos políticos no Estado Oriental e sua postura em relação ao grupo de oposição lá existente e as orientações dadas aos agentes de política externa instalados em Buenos Aires e em Montevidéu.

Trata-se de analisar como se dava a dinâmica organizacional da política externa: os procedimentos utilizados pelos representantes imperiais nas citadas legações, a natureza do discurso do secretário de Estado e as tomadas decisões nesse processo (FERREIRA, 2006, p. 73). Certamente, a política interna tem um forte peso

na formulação da política externa, porém, não se devem desconsiderar os aspectos externos, sendo nesse caso, o conhecimento da política no Uruguai por parte dos agentes diplomáticos e os principais personagens políticos lá atuantes bem como o comportamento daquele governo. Entre os anos de 1849 a 1852, importantes notabilidades da matriz política conservadora atuaram na pasta diplomática e foram fundamentais na política externa brasileira de intervenção no Prata.

Dentre eles, destacam-se, por exemplo, Paulino José Soares de Souza, o futuro visconde do Uruguai, e Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde do Paraná. Ambos estavam em sua segunda passagem pelo serviço diplomático brasileiro. O primeiro atuou no cargo de Secretário e o segundo, nomeado enviado plenipotenciário em 20 de outubro de 1851.<sup>1</sup> Esses políticos, antes de serem indicados para o serviço diplomático, não eram funcionários dos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Paulino exercia o cargo de Senador pela província do Rio de Janeiro. Além disso, o ministro Soares Souza foi membro do Conselho de Estado, em 1853, após deixar o comando da pasta diplomática, e atuou ainda em outros importantes cargos políticos, dentre eles, o de ministro da Justiça (1840-1843) e um dos fundadores do movimento regressista, em 1837.<sup>2</sup>

Paulino foi também um dos idealizadores de alguns dispositivos importantes do Império, dentre eles, a reforma do Código de Processo Criminal e a Lei de Interpretação do Ato Adicional. Já o visconde do Paraná, atuou como conselheiro de Estado em 1843, ministro da Justiça (1843) e presidente das províncias do Rio de Janeiro (1841) e de Pernambuco (1849). A sua nomeação para chefiar esta última província se deu num contexto de combate à revolta liberal da Praieira.<sup>3</sup> Sendo Carneiro Leão um dos principais nomes saquarema, comandou o processo de pacificação na província pernambucana e o retorno da ordem política interna. Esse episódio mostra, logo, o quanto as suas ideias propostas reverberavam não somente na capital imperial, mas em todo o Império.

<sup>1</sup> A credencial foi despachada pelo visconde do Uruguai em 20 de outubro de 1851. Cópias da credencial foram distribuídas aos governos de Entre Ríos, de Corrientes e do Uruguai, países que formaram a aliança contra Juan Manoel de Rosas.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, conferir em <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/557-paulino-jose-soares-de-sousa-visconde-do-uruguai> - Acesso em: 11 de abril de 2023.

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, conferir em <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/729-honorio-hermeto-carneiro-leao-marques-do-parana> – Acesso em: 11 de abril de 2023.

Esses personagens não eram apenas simples membros políticos do partido Conservador. Tanto o ministro Soares de Souza como Carneiro Leão eram lideranças saquaremas e alguns dos principais formuladores da política interna brasileira. Pelo fato de apresentarem certa influência no cenário nacional, eles foram requisitados para atuarem nas questões da política externa brasileira no Prata e construírem uma perspectiva intervencionista. Portanto, tratou-se de notabilidades políticas conservadoras que inauguraram uma nova era da diplomacia brasileira para o Prata ao construírem uma postura política de intervenção.

O governo brasileiro recrutou os principais integrantes do partido Conservador em momentos decisivos da política externa imperial na região platina (CHEIBUB, 1985, p. 114). Por exemplo, o futuro visconde do Uruguai, em sua segunda passagem pela chancelaria brasileira (1849-1853), não somente foi um dos articuladores da intervenção, mas também introduziu reformas no âmbito da organização do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros. Segundo Pedro Gustavo Aubert, o ministro Soares de Souza promoveu a reorientação da atuação dos cônsules estrangeiros e das organizações da carreira e do corpo diplomático brasileiro, com a criação da lei número 614, em 1851 (AUBERT, 2022, p. 81). Logo, Soares de Souza contribuiu, em certa medida, para uma melhor organização do serviço diplomático brasileiro.

### **As bases diplomáticas da Intervenção**

As lideranças políticas citadas acima apresentavam os seguintes objetivos: a coadjuvação do Império na luta contra Rosas e o auxílio na organização política e na reconstrução do Estado Oriental. Dentro desse contexto, uma das primeiras instruções do futuro visconde do Uruguai ao visconde do Paraná foi fortalecer as conexões com o general Urquiza e procurar saber as reais intenções deste último em combater Rosas. Além disso, o ministro Soares de Souza queria ser informado sobre as eleições presidenciais no Uruguai e selar uma aliança com o governo paraguaio, na época, chefiado por Carlos Antonio López (AHI 272/1/1; 22 out. 1851)

É importante ressaltar que, mesmo diante dessas circunstâncias, uma das ideias de Honório foi creditar ao Brasil um papel de coadjuvação, ou seja, reduzir o fornecimento das tropas militares até que as intenções de Urquiza fossem conhecidas (AHI 272/1/1; 24 out. 1851). O líder de Entre Ríos, por sua vez, naquelas

circunstâncias, já se destacava no cenário nacional por atuar com habilidade nos negócios, nas redes pessoais e campanhas militares regionais até se transformar no chefe adequado para representar os interesses de todos aqueles que estavam descontentes com o regime rosista (SCHMIT, 2022). O general Urquiza anuncjava que a luta contra Rosas se dava em nome das medidas abusivas do líder político portenho bem como pela libertação dos princípios políticos e dos pactos federativos das províncias (SCHMIT, 2022). Logo, a campanha política e militar de Urquiza buscava mobilizar toda a sociedade argentina no combate ao regime ditatorial de Rosas.

Honório Hermeto Carneiro Leão apresentava boas expectativas para a realização de tal aliança porque recebia notícias de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado do Império em Montevidéu, em ofício de caráter confidencial, de que Juan Manoel de Rosas, não apresentava “meios de fazer resistência” contra eventual aliança diplomática ou somente por parte de Urquiza (AHI 222/4/6; 27 out. 1851). Em meio a essas desconfianças com Urquiza e o enfraquecimento político do governo rosista, o ministro Carneiro Leão acreditava que uma aliança com o Paraguai representaria, em suas palavras, “um equilíbrio necessário” (AHI 272/1/1; 11 nov. 1851). Tal afirmação se baseava no conhecimento das velhas rivalidades entre López e Rosas, sendo assim, trazer o líder paraguaio para o lado dos aliados significava o fortalecimento da luta militar contra Buenos Aires.

O Império reconheceu a independência do país guarani em 1844. O “equilíbrio” a que se referia Honório significava, principalmente, não ficar preso apenas à coalizão com Urquiza, tratava-se de um discurso contra qualquer plano secreto do líder de Entre Ríos ou de alguma eventual pretensão expansionista de algum outro líder político platino. Por esse motivo, Honório tinha pressa para firmar um acordo com o Paraguai e, ao relatar a Paulino uma conversa que teve com o barão de Caxias, comandante das tropas militares brasileiras, o visconde do Paraná afirmou ser necessário “convencer o urso, trazê-lo ao caminho e à política que é de sua conveniência seguir.” (AHI 272/1/1; 16 nov. 1851). No que diz respeito ao uso do termo “urso”, o diplomata brasileiro fazia referência a Carlos Antônio López. Este último, segundo o visconde, buscava a realização da livre navegação pelos rios platinos. Dessa forma, o ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, entendia que,

numa possível aliança do Império com o ditador paraguaio, tornava-se “possível fabricar a queda do tirano de Buenos Aires” (AHI 272/1/1; 16 nov. 1851).

“A maneira como as autoridades brasileiras descreviam as lideranças políticas das repúblicas platinas: “urso”, tirano”, “ditador” diz muito sobre seu entendimento da política naquela região. Ao recorrer o dicionário da época, observou-se que o conceito de tirano, por exemplo, significava todo aquele que “usurpou o governo, despótico e que “privava arbitrariamente” os indivíduos de um país “da liberdade civil” (SILVA, 1813, p. 809). Em perspectiva semelhante, o dicionário político e social do mundo Iberoamericano sinaliza que a ideia de tirano, a partir da investigação dos periódicos, caracterizava o tirano como um “déspota”, isto é, aquele que abusava do poder (SOUTO, 2009, p. 71). Essa ideia, segundo Nora Souto, foi utilizada tanto por jornais argentinos para criticar o regime monárquico brasileiro e a figura dos imperadores brasileiros, D. Pedro I e II quanto pelos periódicos brasileiros para se referir aos líderes políticos argentinos, dentre eles, Juan Manoel de Rosas (SOUTO, 2009, p. 71).

No caso dos diplomatas brasileiros, eles poderiam ainda apresentar tais ideias, possivelmente, por dois aspectos. O primeiro deles está relacionado ao fato de alguns deles serem pertencentes ao grupo político saquarema que por sua vez, apresentava um determinado entendimento sobre ordem e política imperial. Na perspectiva de Ilmar Mattos, os saquaremas afirmavam que a ordem consistia na consolidação da instituição monárquica, de seus interesses políticos, da escravidão e do combate a qualquer revolta liberal que ameaçasse a integridade territorial brasileira (MATTOS, 2020, p. 139). Mattos enfatiza ainda que os saquaremas procuravam construir uma dimensão política e social pautada numa legítima direção nacional, isto é, na manutenção de uma sociedade civilizada, organizada, nos moldes dos países europeus (MATTOS, 2020, p. 139). Pode-se observar, então, que a construção de uma política de intervenção armada foi construída e dirigida por um grupo específico, no caso os saquaremas, em nome da manutenção da ordem de suas fronteiras e, principalmente, em defesa dos interesses sul-rio-grandenses.

Ao ter como modelo de política e sociedade os países europeus, o grupo político conservador não buscava ter como modelo de organização política as repúblicas platinas vizinhas já que estas últimas se encontravam imersas em guerras civis, vistas como sinônimo de barbárie, ou seja, contrária à ideia de uma ordem

política. Ao discutir esses pressupostos de Mattos, pode-se pensar que os políticos saquaremas que atuavam na chancelaria brasileira nesse período, ou seja, o futuro visconde do Uruguai e o visconde do Paraná, entendiam também, provavelmente, que a construção de uma ordem poderia se estender também no plano da política externa. Logo, para que tal objetivo fosse concretizado, tornava-se necessário combater aqueles considerados como tiranos e sinônimos da desordem na região do Prata, sendo ele, o governador da Confederação Argentina.

Os agentes diplomáticos brasileiros poderiam apresentar essas ideias, possivelmente, pela influência da literatura política que circulava na época. Dentre as obras, pode-se mencionar, por exemplo, *Facundo: Civilização e Barbárie*, escrita por Domingo Faustino Sarmiento, um dos principais opositores ao regime rosista e pertencente à geração romântica de 1837 (WASSERMAN, 1997, p. 14). Tratou-se de um grupo de intelectuais em Buenos Aires que faziam oposição ao regime rosista. Composto por ex-estudantes da Universidade de Buenos Aires (UBA), os jovens leitores buscaram criar um lugar próprio para discutir o desenvolvimento de atividades culturais modernizantes (WASSERMAN, 1997, p. 14). Além de Sarmiento, integravam também Estebán Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérres e Vicente Fidel López. Estes intelectuais se reuniam no Salão Literário, em Buenos Aires. O referido grupo discutia também obras europeias e diversos assuntos relacionados à política e à sociedade argentina.

Já em relação à obra “Facundo”, foi publicada pela primeira vez em 1845, no periódico chileno *El Progreso*, no período em que Sarmiento encontrava-se no exílio. Em linhas gerais, o livro é dividido em duas partes. A primeira realiza uma descrição minuciosa do território argentino na qual o espaço rural é colocado por Sarmiento como um local marcado pela barbárie, hostilidades, anarquia, e o urbano, pela civilização, pela presença das leis, ordem e o progresso (SARMIENTO, 2010, p. 22). Sarmiento, na segunda parte do livro, tece fortes críticas ao governo de Rosas, vendo este último como um ditador e portador da barbárie.

Segundo José Alves de Freitas Neto, essa obra escrita por Sarmiento tratou-se da principal temática que perdurou por quase todo o século XIX na Argentina, por tratar de aspectos totalmente voltados à formação do Estado nacional daquele país (NETO, 2008, p. 190). O dilema entre civilização e barbárie consistia não só na dualidade entre a cidade e o campo, mas também refletia a divisão política referente

ao processo de organização do Estado e a forma de governo (NETO, 2008, p. 191). Nessas circunstâncias, Rosas e suas práticas autoritárias eram vistos como empecilhos à construção de uma ordem política.

Sarmiento, enquanto um dos principais pensadores liberais argentinos, era fortemente influenciado pelas discussões europeias que evidenciavam o triunfo da civilização e do progresso sobre a barbárie, sito é, tudo aquilo que promovia a desunião política num determinado país (NETO, 2008, p. 191-192). O “vazio”, enfocado por Sarmiento e por outros intelectuais, dentre eles, Echeverría, era a ausência civilizacional e a presença das guerras civis que assolavam o país e propagadas por Rosas (NETO, 2008, p. 199). Os conflitos polarizados entre os federalistas e os unitários polarizavam e promoviam cada vez mais as radicalizações políticas, distanciando-se assim, da consolidação de um Estado argentino.

A obra *Facundo*, depois de sua publicação, repercutiu no universo político brasileiro. Por exemplo, José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco, fez menções à obra de Sarmiento numa coluna jornalística semanal chamada *Cartas ao Amigo Ausente*, pertencente ao periódico *Jornal do Commercio*. Segundo Tau Golin, Paranhos procurou instrumentalizar algumas ideias presentes em *Facundo* no processo de guerra empreendida pelo Império brasileiro contra Juan Manoel de Rosas (GOLIN, 2005, p. 2). O jovem jornalista, na época, de 26 anos de idade, buscou trabalhar a dicotomia civilização *versus* barbárie a partir da perspectiva de que o líder político portenho representava uma ameaça à soberania e à ordem dos governos da região do Prata (GOLIN, 2005, p. 7).

Na carta de 21 junho de 1851, Paranhos afirmava que Rosas representava o “flagelo das populações do Prata e seus confluentes”, era o principal responsável pela “degolação de tantas vítimas inocentes e o “gênio da carniceira” (PARANHOS, 2008, p. 241). O futuro visconde enfatizava que Rosas, o “tirano de Palermo”, deveria ser derrotado a fim de que o progresso pudesse ser estabelecido entre os governos americanos bem como encerramento do fim das ameaças contra o Império do Brasil (GOLIN, 2005, p. 9). Golin, portanto, acredita que as ideias sobre *Facundo* reverberaram na opinião pública brasileira, em alguma medida, para a construção da ideia do perigo que representava a continuidade de Rosas como governador da Confederação Argentina e, principalmente, a toda à região do Prata. Sendo Paranhos o principal difusor dessas ideias ainda mais num jornal de grande circulação na

capital imperial, o discurso anti-rosista, provavelmente, esteve presente no universo político brasileiro.<sup>4</sup> Será visto nas páginas adiantes que as ideias propostas por Paranhos referentes à política externa foram bem recebidas por alguns integrantes políticos saquaremas, aspecto que o levou ser indicado no serviço diplomático imperial.

Por mais que os diplomatas brasileiros apresentassem visões críticas a respeito dos líderes políticos platinos e das repúblicas platinas, os representantes diplomáticos imperiais entendiam que as alianças com alguns deles eram fundamentais. Exemplo disso é o fato de o governo brasileiro se alinhar com o principal adversário interno da Confederação, ou seja, Urquiza, e buscar aproximações com o chefe político paraguaio, Carlos Antonio López. Na perspectiva do visconde do Paraná

Dei e ainda dou muita importância à aliança com o Paraguai, não porque ele realmente a tenha, principalmente sendo governado por um homem tão desconfiado, e tão teimoso como López, mas porque essa aliança dá certa força moral, e é um contrapeso que de antemão devemos ter de reserva contra Urquiza, se, vendo-se livre de Rosas, se portar mal. A nossa influência e aliança com o Estado Oriental e o Paraguai são a meu ver recursos que com previdência devemos procurar fortalecer cada vez mais [...] é preciso tratá-lo com o maior respeito, porque tem demasiado orgulho. Acresce quem sem a acepção do Paraguai a solução da questão dos rios ficará incompleta, o que é um mal para nós (AHI 272/1/1; 12 dez. 1851)

O governo brasileiro e o paraguaio chegaram a firmar, em 1850, um acordo de aliança militar ofensiva e defensiva. Caso uma guerra contra a Confederação Argentina acontecesse, os dois governos atuariam de maneira mútua. A aproximação do Império com o Paraguai, segundo Francisco Doratioto, buscava isolar o líder político portenho do Prata (DORATIOTO, 2002, p. 27). Tratava-se de uma estratégia brasileira a fim de mostrar aos governos americanos de que a verdadeira ameaça à soberania paraguaia e uruguaia era Juan Manoel de Rosas. A primeira estratégia, vale lembrar, foi em 1844, quando o governo brasileiro, na citada missão diplomática liderada por José Antônio Pimenta Bueno, o futuro marquês de São Vicente,

<sup>4</sup> José Maria da Silva Paranhos foi agraciado com o título nobiliárquico de visconde com grandeza do Rio Branco em 1870, em reconhecimento de sua atuação no serviço diplomático brasileiro, principalmente, nas questões referentes à política externa imperial no Prata. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses*, p. 204.

reconheceu a independência paraguaia e conseguiu o direito à livre navegação pelos rios do território guarani.<sup>5</sup>

Para o Império, este último aspecto tornava-se vital, pois teria acesso à província de Mato Grosso. Da mesma forma para o Paraguai, pois, após muitos anos de isolamento político regional durante o governo de José Gaspar Francia (1816-1841), o governo guarani voltava a se inserir no comércio platino. Já na conjuntura política do ano de 1850, a importância do estabelecimento de uma união com o governo paraguaio era de que, tendo o Império acesso aos rios paraguaios, levaria vantagem num eventual conflito naval contra a Confederação por possuir uma esquadra. Logo, a marinha imperial cercaria o porto de Buenos Aires. Não era possível navegar em direção ao Paraguai sem passar antes pela capital da Confederação Argentina.

Dentre os itens estabelecidos no tratado de 1850, destaca-se o terceiro artigo, que regularizava a livre navegação do Rio Paraná.<sup>6</sup> No entanto, o tratado não foi ratificado por Carlos Antonio López, pois este último exigia das outras províncias signatárias da Coalizão, Entre Ríos e Corrientes, que reconhecessem a independência do país paraguaio e o direito deste último navegar livremente pelos rios do território da Confederação Argentina (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 57). Não obstante, as províncias argentinas chegaram a emitir um protocolo adicional no acordo de que se comprometeriam a reconhecer o governo paraguaio. No entanto, Carlos López afirmou que não participaria do tratado pois não entraria numa coalizão baseada em promessas (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 57).

Logo, o aspecto que se pode pensar para a não participação paraguaia era pelo fato que o general Urquiza não deu garantias de que não teria os mesmos interesses

<sup>5</sup> José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) nasceu em Santos, província de São Paulo. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, atuou como deputado pela província de São Paulo (1834), presidente das províncias de Mato Grosso (1835-1837), do Rio Grande do Sul (1850), senador pela província de São Paulo (1852) e membro integrante do Conselho de Estado (1859). Em 1848, Pimenta Bueno assumiu, cumulativamente, os cargos de secretário dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Justiça (1848). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-biografias/572-jose-antonio-pimenta-bueno-marques-de-sao-vicente> - Acesso em 15 de abril de 2023.

Outra informação a ser também ressaltada é que Pimenta Bueno recebeu o título nobiliárquico de visconde com grandeza de São Vicente, em março de 1867. Na época, ele era senador pela província de São Paulo. Alguns anos depois, Pimenta Bueno foi agraciado com outro título, o de marquês de São Vicente, em 1872. Na época, ele atuava no cargo de conselheiro de Estado. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses*, p. 126, 169 e 230.

<sup>6</sup> Tratado de aliança defensiva celebrado em Assunção, em 25 de dezembro de 1850, entre o Brasil e a República do Paraguai, p.2. O acordo apresentava um total de dezoito artigos. Disponível em [https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1851.PDF](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1851.PDF). Acesso em: 23 dez. 2021.

de Juan Manoel de Rosas, ou seja, anexar o território paraguaio e centralizar as atividades de navegação na região platina. Observa-se, então, que na proposta da construção de uma aliança mútua entre os governos paraguaios, brasileiro e o de Entre Ríos, o país guarani encontrava resistências e desconfianças na figura de Urquiza. Por conta dessas circunstâncias, o Paraguai não aderiu ao tratado.

O governo imperial, além das conexões com as províncias de Entre Ríos e Corrientes, contou também com o apoio do grupo político uruguai colorado. O alinhamento brasileiro com essa última facção se deu, principalmente, a partir da atuação de José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco<sup>7</sup>. Paranhos foi nomeado Secretário da Missão diplomática especial chefiada por Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde do Paraná, do Império no Prata, em 21 de outubro de 1851. José Maria da Silva Paranhos já era um ativo comentador da política platina nas citadas *Cartas ao Amigo Ausente*. Tal circunstância, possivelmente, o credenciou entre os líderes políticos saquaremas, apesar de as cartas saírem anônimas.

Ao todo, foram publicadas 57 cartas entre os anos de 1850 e 1851. Ele abordava aspectos da política nacional, problemas políticos e sociais da província do Rio de Janeiro e, principalmente, defendia a atuação do visconde do Uruguai na condução da diplomacia brasileira na região platina. Por exemplo, numa das Cartas publicadas no jornal, ele afirmava que a política empreendida pelo ministro Soares é Souza era “merecedora de elogios, por nos ter preparado para defender nosso território em presença dos beligerantes que o podem ameaçar, para intervir”. (PARANHOS, 2008, p. 225). Paranhos enfatizava a política de intervenção, pois criticava a neutralidade, alegando que esta última “mostrou-se ineficaz e fatal durante muitos anos” (PARANHOS, 2008, p. 243).

Em linhas gerais, nas cartas do futuro visconde do Rio Branco, ele considerava a luta do Império contra Rosas e Oribe, uma batalha da civilização contra a barbárie. O redator do *Jornal do Commercio* entendia que os citados líderes políticos platinos eram “tiranos do Rio da Prata” e que os caminhos da civilização eram o fim do regime

<sup>7</sup> José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) nasceu em Salvador, Bahia. Graduado em Matemática, foi professor da Escola Militar e da Academia dos Guardas-Marinha. Além disso, ele foi redator de alguns jornais da província do Rio de Janeiro, dentre eles, Novo Tempo, Correio Mercantil e o Jornal do Comércio. No universo político, pertencia, inicialmente, ao partido Liberal, onde exerceu os cargos de deputado (1848) e presidente da província do Rio de Janeiro (1848-1849). Em 1853, ingressou no partido Conservador, onde atuou em alguns cargos como o de ministro da Fazenda, da Guerra e conselheiro de Estado (1866). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/645-jose-maria-da-silva-paranhos-visconde-do-rio-branco>- Acesso em 5 de fevereiro de 2023.

rosista e a liberdade de navegação (PARANHOS, 2008, p. 455). Fato é que a repercussão de suas ideias sobre a diplomacia brasileira para o Prata fez com que ele fosse cotado para atuar junto ao visconde do Paraná no cargo de Secretário. Vale lembrar que Paranhos não apresentava nenhuma experiência no campo da diplomacia. Tal aspecto refletia assim que o serviço diplomático brasileiro continuava permeado pelos traços de indicação, longe assim, de um caminho rumo à profissionalização.

### **Uma diplomacia contra Juan Manoel de Rosas**

Uma das primeiras recomendações do Secretário dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, ao futuro visconde do Rio Branco, era de que “procurasse afastar, ao máximo, a eleição de candidatos do Partido Blanco” para os cargos políticos (AHI 272/1/1; 13 dez. 1851). A justificativa para tal narrativa era de que, caso fossem eleitos, esses homens não iriam respeitar as medidas instituídas no tratado de comércio, navegação e extradição de escravos, prejudicando, assim, os interesses econômicos dos súditos brasileiros residentes no Estado Oriental.

Em ofício de Paulino José Soares de Souza ao ministro Carneiro Leão, por exemplo, foi registrado que o governo brasileiro forneceu um valor de vinte mil pesos para ajudar na campanha eleitoral de Manoel José Herrera, pertencente ao Partido Colorado. Este político foi recomendado tanto pelos diplomatas brasileiros quanto por Urquiza para substituir o candidato que era cotado para assumir a presidência uruguaia, o general Eugênio Garzón, que acabou morrendo. Todavia, o nome de Herrera encontrava resistência entre os próprios membros do Partido Colorado (FERREIRA, 2006, p. 202). Por esse motivo, não foi sugerido para as eleições presenciais.

Ao realizar uma comparação entre os dois partidos verifica-se que os Blancos eram maioria no parlamento uruguai, o que justificava a preocupação do governo brasileiro. Visando contornar a situação, a estratégia utilizada pela diplomacia brasileira foi a criação de uma lista de candidatos distribuídos pelas diversas regiões do Estado Oriental, principalmente naquelas em que haveria uma grande quantidade

de estancieiros brasileiros, dentre elas a região da campanha.<sup>8</sup> Contudo, o diplomata brasileiro não chegou a anexar ao ofício a lista com os nomes, já que o objetivo central desse mecanismo era procurar eleger políticos uruguaios, melhor dizendo, do Partido Colorado, que atendessem às reivindicações dos estancieiros brasileiros. O resultado das eleições uruguaias só foi conhecido em março de 1852, após a queda de Rosas. Cabe destacar que o governo brasileiro buscava adiar as eleições uruguaias enquanto Rosas não saísse do poder, como será visto mais adiante. Tal adiamento não passava de uma estratégia, pois o Império temia que os Blancos mantivessem a maioria.

Em paralelo a esses acontecimentos, o governo brasileiro continuava em seu trabalho de preparação militar para o combate a Juan Manoel de Rosas. A permanência das tropas imperiais no território uruguai, junto com as de Entre Ríos e Corrientes, foi importante porque diminuía as eventuais chances de uma mobilização militar dos Blancos, principais aliados de Rosas. Houve até boatos de que Oribe teria fugido para Buenos Aires, para ajudar o líder político portenho nas lutas internas da Confederação. Todavia, é importante frisar que Oribe permaneceu no Estado Oriental e que Rosas, naquela conjuntura, encontrava-se cada vez mais enfraquecido, tanto política como militarmente. Então, sob a liderança do general Urquiza, as tropas aliadas mobilizaram-se em direção à província bonaerense. O governo brasileiro forneceu um quantitativo de quatro mil homens. O resto das tropas ficou em território uruguai.

Diante da conjuntura política assinalada, percebe-se que a dinâmica das políticas internas dos países platinos, Estado Oriental e Confederação Argentina, foi um elemento também de mobilização da construção da política de intervenção imperial no Prata. Tal fato pode ser explicado pelo fato dos setores de oposição ao governador da Confederação Argentina, ou seja, Urquiza, e no Uruguai, o partido político Colorado, mobilizarem-se também em suas lutas contra os seus inimigos. Além disso, viram o governo brasileiro como um importante aliado. O Império, por sua vez, procurou também utilizar essas insatisfações políticas dos citados setores platinos como um importante pilar da sua construção de política de intervenção. A

---

<sup>8</sup> A recomendação encontra-se registrada no seguinte documento: AHI 272/1/1 - Despacho de Paulino José Soares de Souza para Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro plenipotenciário do Império do Brasil no Rio da Prata, de 16 nov. 1851.

ideia de que Rosas e Oribe representavam uma ameaça a toda região platina foi também reflexo dessas alianças diplomáticas.

O governo imperial entendia que o rompimento do governador da província de Entre Ríos, Justo José de Urquiza, com Juan Manoel de Rosas, teria sido um fator de crescimento às hostilidades contra o líder político portenho (DORATIOTO, 2008, p. 227). Dessa forma, a diplomacia imperial teria um maior espaço de atuação para dialogar com Urquiza. Tratou-se de uma montagem diplomática em nome do combate à ordem rosista e fruto das divisões políticas internas da Confederação (TAMAE, 2020, p. 230-231). O governo brasileiro, então, aproveitou-se desses descontentamentos da política interna argentina. A aliança diplomática representou sobretudo para o Império brasileiro uma alternativa para as suas dificuldades de mobilização militar (SALVATORE, 2005, p. 377). Se o Império utilizou-se do desgaste político das relações entre Urquiza e Rosas, o líder político de Entre Ríos fez a mesma coisa, ou seja, observou também a deterioração da diplomacia entre o Império e a Confederação.

Durante os preparativos militares, uma das preocupações da diplomacia brasileira era de que a campanha dos aliados contra Rosas despertasse críticas do governo inglês. Num ofício de James Hudson, representante diplomático inglês no Rio de Janeiro, para o visconde do Uruguai, o agente inglês enfatizou que

a questão de que se trata não é entre a Confederação Argentina e o Brasil, mas entre o Brasil e o general Oribe, e de que o principal agravo pelo qual o Brasil vai pedir uma reparação ao general Oribe, por via das armas, é motivada pelo roubo de algumas cabeças de gado (RMNE, 30 abr. 1851).

Observa-se no trecho acima que o agente diplomático britânico procurava suavizar as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina ao avaliar que o principal responsável pelas tensões no Prata era apenas o general Oribe. Como ressalta Daniel Coronato, o representante diplomático inglês buscava demonstrar o quanto pequenas eram as razões do conflito, abrindo assim, uma perspectiva para que no futuro fosse utilizado como um argumento para uma eventual intervenção britânica (CORONATO, 2017, p. 187). No entanto, deve-se assinalar que as ações militares realizadas pelo chefe político do partido Blanco tinham a anuência do líder da Confederação Argentina. Ainda no mesmo ofício, o representante britânico sinalizava ao ministro Soares de Souza de que uma eventual

guerra paralisaria o comércio, promoveria “a ruína e a devastação derramada por uma vasta extensão de território” e que o governo brasileiro tinha a intenção de “perturbar e destruir a esperança que existe de ver a paz restituída” (RMNE, 30 abr. 1851).

Dessa maneira, James Hudson, ao entender que o problema central estava nas ações de Oribe, o governo brasileiro não teria o direito de “declarar guerra a Buenos Aires.” (RMNE, 8 nov. 1851). Caso o Império optasse pela via bélica, “o governo britânico se julgaria com perfeito direito para proceder” (RMNE, 8 nov. 1851). Nota-se que o agente inglês, em tom de ameaças, não descartaria intervir numa eventual contenda no Prata. No entanto, o ministro Carneiro Leão afirmava que “as ameaças de intervenção britânica não passariam de notas”, e que as declarações do diplomata inglês buscavam enfraquecer as campanhas militares. Ao terminar a carta, Honório reforçou toda a cooperação do exército e da esquadra imperial às forças militares do governador de Entre Ríos (RMNE, 8 nov. 1851).

O visconde do Paraná enfatizava que o governador da Confederação Argentina colocava-se “debaixo da proteção dos ingleses” (AHI 272/1/1; 18 jan. 1852). Na verdade, a diplomacia brasileira desconfiava de que os britânicos estavam atuando nos bastidores no sentido de proteger o líder político de Buenos Aires. O secretário dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza afirmava que a “interposição de S. M. britânica ficará sempre aceita com alto apreço pelo governo argentino” e que este último solicitava da Inglaterra uma mediação baseada no princípio de que “não é dado ofender impunemente duas nações amantes da sua independência, da sua integridade e da sua glória” (RMNE; maio de 1852). Com essa declaração, o ministro Soares de Souza alegava que o governo portenho condenava a ação militar do Império brasileiro junto aos seus aliados. A partir dessa justificativa, Rosas recorria à intervenção da diplomacia inglesa.

Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, e na época, ministro da Fazenda e senador pela província do Rio de Janeiro, numa reunião do Senado, alertava já em setembro de 1851, sobre uma eventual possibilidade de a Inglaterra conceder proteção ao governador da Confederação Argentina. Segundo Rodrigues Torres, “se este chefe (Rosas) tiver a proteção da Inglaterra, pode a luta prolongar-se por um tempo que nós mesmos não podemos calcular.” (AS 1º/09/1851, p. 174). O líder político saquarema defendia também uma política de intervenção do Império e

entendia que a guerra contra Rosas e Oribe, naquela conjuntura, era a única solução a ser feita.

No entanto, ele apresentava preocupações por parte de um futuro apoio britânico já que este último apresentava um poderio militar superior ao Império. Ao solicitar ajuda do governo inglês, o visconde do Paraná atestou que o líder político de Buenos Aires se “contradizia em um dos princípios de seu governo”, o americanismo, que tinha como ideia central a não-influência europeia sobre os governos americanos (MYERS, 1995, p. 50). Tratou-se de uma das principais bandeiras e propagandas de seu discurso, além do ideal republicano (MYERS, 1998, p. 92). Ao buscar a mediação do governo britânico, o ministro plenipotenciário do Império no Prata afirmava que “Rosas renegava suas doutrinas.” (AHI 272/1/1; 18 jan. 1852)

De fato, o ministro Carneiro Leão estava certo em um de seus apontamentos, envolvendo a intervenção britânica, o que acabou não acontecendo, e o desfecho das campanhas militares contra Rosas se deu na batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, com a vitória das forças aliadas. Depois de quase duas décadas no comando da Confederação Argentina, Juan Manoel de Rosas foi deposto e, logo depois do conflito, exilou-se na Inglaterra. Como mencionado anteriormente, o Império disponibilizou apenas uma divisão militar de quatro mil homens e o restante permaneceu em território uruguai, pois, segundo Honório, “caso acontecesse algum revés em Buenos Aires ou uma tentativa hostil dos Blancos, as forças militares brasileiras estariam mobilizadas” (AHI 272/1/1; 7 fev. 1852).

Na perspectiva de Alejandro Rabinovich, os britânicos buscavam enfatizar que a permanência da guerra contra Rosas promoveria maiores desgastes e colocava como um dos principais responsáveis por tal contenda o general Urquiza e o governo brasileiro (RABINOVICH, 2022). Pode-se constatar, segundo o autor, que a Inglaterra procurava criticar a ação empreendida pelas forças aliadas contra Rosas e agir em defesa deste último líder político. Possivelmente, na visão britânica, uma guerra no Prata prejudicaria o andamento de seus interesses comerciais.

No entanto, John Lynch afirma que, mesmo após à queda de Rosas, os ingleses continuaram a apresentar privilégios comerciais bem como o monopólio de alguns de suas importações, dentre eles, produtos têxteis, ferragens e máquinas (LYNCH, 2018, p. 664). Embora os britânicos apresentassem certo temor pela guerra e os eventuais impactos em seus interesses econômicos, o autor aponta que houve uma manutenção

das exportações dos produtos britânicos no mercado argentino pós-governo Rosas (LYNCH, 2018, p. 664).

A diplomacia britânica, segundo Leonardo Reis Gandia, chegou até mesmo a criticar o acordo secreto, de maio de 1851, que Urquiza e o Império do Brasil estabeleceram para derrotar Rosas e exigindo da chancelaria imperial explicações mais contundentes sobre a natureza do tratado (GANDIA, 2015, p. 162). Gandia ressalta ainda que o representante diplomático inglês em Buenos Aires, Lord Palmerston, Henry Southern, era um amigo próximo do governador da Confederação Argentina (GANDIA, 2015, p. 162).

Esses aspectos, provavelmente, teriam pesado também na ideia de uma eventual mediação britânica na contenda entre Rosas e o Império brasileiro. Porém, tal proposta não ocorreu. Diante desses episódios, pode-se retratar uma tentativa britânica de resolver ou até mesmo interferir na soberania dos países americanos ao intervir na contenda no Prata. Tal aspecto, como foi mencionado, era até mesmo questionado pelo próprio governo rosista que era a favor do chamado americanismo, um dos seus principais pilares políticos.

Para a diplomacia brasileira, a queda de Rosas significou o fim de uma era marcada por constantes ameaças da Confederação Argentina em anexar o Uruguai e o Paraguai, bem como os projetos de reconstituição do vice-reinado do Rio da Prata e do controle da atividade de navegação. Os estudos historiográficos brasileiros entendem que a queda do ditador portenho foi fruto, principalmente, das alianças diplomáticas que o Império estabeleceu com Urquiza, principal dissidência da Confederação e do desgaste político entre Buenos Aires e as províncias do litoral argentino.

Como por exemplo, Gabriela Ferreira entende que o papel do Império não foi secundário ao de Urquiza, mas a coalizão do governo Império com o líder de Entre Ríos foi decisiva para a queda de Rossas (FERREIRA, 2006, p. 110). Em linha semelhante, Rubens Ricupero e Francisco Doratioto entendem também que o fim do regime rosista pode ser explicado, sobretudo ao papel primário de Urquiza e ao apoio militar e diplomático do governo brasileiro (DORATIOTO, 2014, p. 35-36; RICUPERO, 2017, p. 196).

Como se viu anteriormente, a recomendação da Secretaria de Estado era de que os diplomatas brasileiros procurassem coadjuvar com o governador da província

de Entre Ríos, isto é, procurar estabelecer conexões diplomáticas com Urquiza já que o mesmo, ao romper com Rosas, se tornou um dos principais adversários políticos internos do líder portenho. O rompimento de Urquiza representou sobretudo a dissidência de uma das províncias signatárias do Pacto Federal de 1831, ou seja, Entre Ríos, junto com Buenos Aires, um dos polos centrais do federalismo argentino.

Na historiografia argentina há certo consenso também sobre o papel de José Justo de Urquiza como o principal responsável pelo enfraquecimento e a posterior queda de Juan Manoel de Rosas. No entanto, alguns autores enfatizam também as coalizões do governador de Entre Ríos. Na perspectiva de Marcela Ternavasio, as conexões de Urquiza com o Império e com a província de Corrientes foram fundamentais para a consolidação do fim do regime rosista já que, em um primeiro momento, ambos os governos signatários se sentiam prejudicados pelas políticas comerciais e de navegação no estuário platino (TERNAVASIO, 2009, p. 241).

Já Ricardo Salvatore, embora enfatize o papel de Urquiza na luta contra Rosas, sinaliza que o líder militar e político de Entre Ríos teve dificuldades em selar alinhamentos diplomáticos com a província de Corrientes, bem como a carência de recursos militares necessários para as campanhas bélicas contra Rosas. Diante dessas circunstâncias, Salvatore ressalta que a aliança diplomática com o Império do Brasil foi uma forma alternativa para as suas dificuldades de mobilização militar. Urquiza aproveitou-se do desgaste diplomático do Império e da Confederação, gerado, sobretudo pelas expedições militares do barão de Jacuí (SALVATORE, 2005, p. 377). No entendimento do serviço diplomático argentino, a diplomacia brasileira não atendia às reivindicações, provocando assim, deterioração das relações diplomáticas daqueles dois governos (SALVATORE, 2005, p. 377). Além de o governo brasileiro não ter sido capaz de controlar ações de Moringue, o Império não reconhecia também o governo de Cerrito.

A queda de Rosas foi um assunto que repercutiu em alguns jornais da capital imperial. Os periódicos a serem citados a seguir, em suas diferentes orientações políticas, enfatizavam a saída do líder político de Buenos Aires como um aspecto fundamental para a retomada de melhores relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina. No campo da imprensa, alguns jornais brasileiros abordaram os desdobramentos do episódio em Caseros. Tal aspecto mostra também que os periódicos sinalizavam os caminhos a serem percorridos pela diplomacia

brasileira no Prata. Os jornais abordados a seguir foram escolhidos por serem aqueles que mais debateram a questão da política externa no Prata na província do Rio de Janeiro.

Certamente, existiam outros periódicos que discutiam a diplomacia brasileira no Prata, não esgotando assim, as discussões sobre o citado tema. Longe de fazer um estudo aprofundado sobre a diplomacia nos periódicos, os jornais listados foram escolhidos também pelo fato deles auxiliarem de que forma o Império deveria atuar no Prata, seja por uma perspectiva mais liberal seja pela perspectiva conservadora. Liberal se entende aqui a orientação do partido Liberal, que por sua vez, entendia que o Império deveria manter a política de Neutralidade. Já a ideia conservadora era atribuída ao partido Conservador, que defendia uma ação militar e diplomática do governo brasileiro mais incisivo na região platina. O presente estudo já alerta que os citados jornais não resumiam a opinião dos partidos Liberal e Conservador. Os jornais variavam em suas interpretações assim como os personagens políticos. No entanto, ao mencionar os jornais, mostra-se o quanto a temática do Prata ganhava mais notabilidade e preocupação.

O *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político e Universal*, que circulou entre os anos de 1848 e 1868, de orientação liberal, ao tratar da queda do governador da Confederação Argentina, apresentava como título “Caiu o Tirano Rosas”. (*Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* (RJ), nº 42, 11/02/1852). Na perspectiva do jornal, “a derrota completa de Rosas” simbolizava “a desaparição desse tirano atroz; o aniquilamento do seu poder, único germe dos males que nos avexam há vinte anos” (*Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* (RJ), nº 42, 11/02/1852). O *Correio Mercantil* entendia que, durante o período em que Rosas governou a Confederação, a perspectiva das relações diplomáticas no Prata eram comprometidas pela forte influência política sobre o Estado Oriental e pela proposta de centralização das atividades de navegação. Nas palavras do periódico, o Brasil

Tão comprometido na situação por numerosas ameaças e protestos do tirano, não podia existir tranquilo com permanência daquele poder ameaçador; a sua destruição era uma necessidade da sua existência, e por isso empregou todo o seu poder para destruí-lo. A República Oriental, a primeira tão combatida pela ambição do tirano, tão exposta pela sua situação geográfica e pela importância de seu comércio a receber frequentemente os ataques de sua ambição, precisava desse triunfo para assegurar os destinos e consolidar a paz

(Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal (RJ), nº 43,  
12/02/1852)

Para além dessas considerações, o jornal engrandecia também a figura do principal aliado do Império brasileiro, Justo José de Urquiza, visto como o “ilustre governador e vencedor” que libertou a Confederação Argentina do domínio tirânico de Rosas. Nota-se, então, que o periódico enfatizava também a importância da coalizão com o líder político e militar da província de Entre Ríos.

Já o jornal *O Constitucional*, que circulou entre os anos de 1851 e 1864, apresentava uma orientação pró-conservadora. O periódico afirmava que “a guerra com Oribe, e, por conseguinte com Rosas que o sustentava, era uma necessidade da situação”, diante do instável cenário político que se encontrava o Prata bem como as ameaças de Rosas. Na perspectiva do jornal

Era inevitável a guerra nas circunstâncias em que nos achávamos. Oribe não cessava de atentar contra a propriedade e a vida dos brasileiros residentes no Estado Oriental. Éramos, além disso, obrigados por um tratado a garantir a independência daquele Estado que Rosas tinha conquistado, à exceção da capital que estava posta em sítio. Era tão bem de nosso interesse sustentar a independência do Paraguai, a qual pretendia ele (Rosas) destruir, para, depois de engrandecido com essas conquistas, lançar-se sobre a nossa província do Rio Grande do Sul (*O Constitucional*, nº 5, 10/02/1852)

Esses argumentos foram apresentados pelo jornal, pois este último criticava a oposição, o partido Liberal, que por sua vez acreditava que o Império brasileiro não deveria entrar num conflito contra Rosas muito menos selar alianças com representantes políticos platinos, no caso, Urquiza. Na matéria jornalística em análise, não chegou a ser mencionados alvos da crítica, ou seja, os personagens políticos do grupo Liberal ou os jornais que apresentavam uma linha política favorável ao citado partido.

Em linhas gerais, *O Constitucional* reforçava o quanto a aliança diplomática do governo brasileiro com Urquiza foi determinante para a queda de Rosas e que, com a derrota deste último, o governo imperial poderia construir uma política de livre navegação no Prata e a consolidação dos limites fronteiriços com o Estado Oriental (*O Constitucional*, nº 5, 10/02/1852). Dessa forma, o citado jornal enfatizava mais os novos horizontes de expectativa para a política externa brasileira no Prata nos anos subsequentes.

O *Diário do Rio de Janeiro*, que circulou entre os anos de 1821 e 1858, numa ótica parecida, ressaltava em suas páginas que a derrota de Rosas foi importante para a retomada da “restituição da paz, a tranquilidade, a liberdade e a civilização a estes povos atormentados (da Confederação Argentina), flagiciados e dizimados por sua cruel tirania” (*Diário do Rio de Janeiro*, nº 8912, 11/02/1852). Nas palavras do *Diário*, Rosas, um “tirano atroz”, a sua caída representou o fim “de seus males que nos pungem há 20 anos” (*Diário do Rio de Janeiro*, nº 8912, 11/02/1852). Quanto à aliança construída com Urquiza, o periódico apoiava tal coalizão, exaltando as ações militares do governador da província de Entre Ríos nos momentos finais da batalha de Caseros. O jornal afirmava a seguinte ideia

Para essa nobre missão, aliados não nos faltavam; o generoso sangue argentino fervia de indignação em muitos corações patrióticos. Urquiza e Garzón se apresentaram: tão sagrada era a causa que promoviam que o triunfo não esperava o combate (*Diário do Rio de Janeiro*, nº 8914, 13/02/1852)

A matéria jornalística não exaltava somente as ações de Urquiza como também o uruguai Eugênio Garzón (1796-1851), um dos principais líderes políticos do partido Colorado, grupo também que o Império selou alianças nas campanhas militares contra Rosas e Oribe.<sup>9</sup> Garzón, na época, que exercia ainda o posto militar de General e auxiliou Urquiza nas lutas militares contra Oribe, não chegou a ver a caída de Rosas pois ele morreu no fim do ano de 1851. Ele era um dos principais nomes cotados para assumir a presidência do Uruguai após a queda do líder político blanco, que se deu em outubro de 1851 (BARRIO, 2018, p. 219).

A candidatura desse político oriental tinha como objetivo o favorecimento dos interesses brasileiros e de Urquiza bem como retomar o processo de unidade política do Estado uruguai (BARRIO, 2018, p. 219). Em meio a essas circunstâncias políticas, fato era que esses citados líderes políticos, especialmente Urquiza, foi um

---

<sup>9</sup> Eugênio José Garzón Avellaneda (1796-1851) nasceu em Montevidéu. Ingressou na atividade militar a partir de 1811, atuando nas forças militares do exército de José Gervasio Artigas, durante a década de 1810, chegando ao posto de Tenente. No período da guerra da Cisplatina (1825-1828), lutou junto ao exército das forças das Províncias Unidas do Rio da Prata. Com o surgimento do Estado Oriental, em 1828, foi nomeado Ministro da Guerra e da Marinha. Em finais da década de 1840 e início da de 1850, construiu alianças com Urquiza ao reconhecer este último como o legítimo representante da Confederação Argentina e na luta contra Rosas. Disponível em <https://dbe.rah.es/biografias/44126/eugenio-jose-garzon-avellaneda> - Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

forte aliado, na visão do *Diário*, no processo de mobilização das forças políticas e militares do interior da Confederação Argentina.

Outro aspecto debatido pelo jornal ao tratar da queda de Rosas foi a postura da diplomacia britânica em relação ao conflito do Império contra a Confederação Argentina. Como se viu nas páginas anteriores, o governo inglês ressaltava que uma contenda no Prata paralisaria o comércio na região. Para a diplomacia brasileira, tal argumento tratava-se apenas de um pretexto, pois o governo imperial desconfiava de que os ingleses estavam dando proteção ao líder político portenho. Por conta dessas circunstâncias, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* afirmava que “os piratas de Lord Palmerston advogavam contra a monarquia brasileira” e a favor da “causa do general ditador Rosas” (*Diário do Rio de Janeiro*, nº 8915, 14/02/1852). Com essa afirmação, o periódico se referia aos simpatizantes do ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, Palmerston, que criticava a mobilização militar brasileira e de seus aliados contra o governo bonaerense.

Numa linha parecida, *O Liberal: Periódico Político e Literário*, que circulou entre os anos de 1848 e 1855, afirmava que a queda de Rosas já vinha sendo anunciada sobretudo pela caída de Oribe, seu principal aliado, no Estado Oriental. Segundo o periódico, o líder portenho, “sem força moral, só se apoiando no terror”, foi combatido pelos “amigos da civilização e da humanidade” (*O Liberal: Periódico Político e Literário*, nº 8912, 15/02/1852). Esses amigos eram as tropas militares aliadas, ou seja, o Império e as províncias de Entre Ríos e Corrientes. O jornal enxergava a luta contra Rosas uma batalha da civilização contra a barbárie, relembrando até mesmo a ideia de Sarmiento em sua obra *Facundo* (*O Liberal: Periódico Político e Literário*, nº 8912, 15/02/1852). Logo, a queda do ditador de Buenos Aires representava um passo fundamental para a construção de melhores relações políticas entre os governos platinos. Nas palavras do jornal, “a ação foi decisiva, houve vontade firme de acabar com esse cancro roedor que lacrava as entranhas da república Argentina, que afetava outros Estados” (*O Liberal: Periódico Político e Literário*, nº 8912, 15/02/1852).

Outra consideração feita pelo *O Liberal* é referente ao apoio à política externa brasileira empreendida no Prata, isto é, a intervenção. O periódico entendia que um dos motivos principais dos brasileiros “pela assignada vitória que acabou com o poder de Rosas” se deu por conta da “política exterior do gabinete brasileiro” (*O Liberal*:

Periódico Político e Literário, nº 8912, 15/02/1852). O periódico era pró-partido Liberal que por sua vez, defendia e recomendava a linha política de Neutralidade no Prata.

Como se viu no presente estudo, no período em que os liberais estiveram chefiando os gabinetes políticos, eles mantiveram a política de neutralidade. No entanto, o periódico elogiava a linha intervencionista construída pelo partido Conservador, que estava à frente do gabinete político. Pode-se notar que, para além das divergências sobre os destinos da diplomacia brasileira para o Prata, o jornal enfatizava, naquele momento, a importância de uma ação diplomática e política do Império mais presente para derrubar o governador da Confederação Argentina.

Certamente, as interpretações dos jornais mencionados e discutidos acima não resumem a visão de toda a imprensa brasileira sobre o episódio da caída de Juan Manoel de Rosas do poder. Outros jornais que circulavam não só na capital imperial como também nas demais províncias brasileiras poderiam apresentar distintas interpretações sobre o episódio em Caseros e as alianças diplomáticas empreendidas pelo governo brasileiro. Ao citar os exemplos desses periódicos, pode-se assinalar como eles observavam o país vizinho, no caso o Estado argentino, encontrava-se distante de atingir uma unidade e estabilidade política.

## Conclusão

Uma das contribuições deste trabalho foi procurar também retratar e investigar as interpretações dos diplomatas sobre os rumos da política externa imperial no Prata. Para além da dualidade da Neutralidade e Intervenção, os agentes diplomáticos imperiais entendiam que a construção de uma política diplomática na região platina envolvia incertezas ao realizarem alianças diplomáticas com os setores políticos platinos. As orientações que eles recebiam da Secretaria dos Negócios Estrangeiros refletiam as diretrizes da política nacional e o grupo político que elaboravam essas recomendações. Buscou-se mostrar no artigo que a análise do processo decisório, isto é, a construção de uma política externa para o Prata não deve ser investigada somente dentro da instituição responsável que elabora, no caso o Conselho de Estado, mas também inclui abordar os seus reflexos e ações por parte dos diplomatas. Tratar de suas interpretações, estratégias, articulações e até mesmo

trajetórias políticas bem como seus vínculos às orientações Liberais ou Conservadora ajudam a debater o universo da diplomacia imperial na conturbada região platina.

A diplomacia brasileira construiu, de maneira gradativa, uma política de Intervenção sedimentada em alianças diplomáticas com a facção política Colorada e com as dissidências do partido Federal, tendo como principal líder político e militar da província de Entre Ríos, Justo José de Urquiza. O governo brasileiro também chegou a buscar coalizões com Paraguai, porém, não obteve progresso. Verificou-se que o gabinete político conservador optou pelas alianças diplomáticas, porém, havia desconfianças do Império sobre Urquiza, haja vista que este último, após derrotar Rosas, poderia exercer a mesma política centralizadora que Rosas fez no Rio da Prata.

Mesmo diante dessas incertezas, os líderes políticos saquaremas entenderam que a aliança diplomática com o governador de Entre Ríos seria a melhor alternativa. Permanecer na política de Neutralidade já não era mais uma possibilidade de atuação pela diplomacia brasileira. A busca de um “equilíbrio necessário”, conforme apontou o marquês de Paraná, significava que o Império brasileiro deveria evitar eventuais projetos políticos rosistas que ameaçassem a integridade do Rio da Prata e os interesses sul-rio-grandenses.

Por conta dessa situação, alguns deles não recomendavam a linha política intervencionista selada por meio de alianças com os governantes das citadas repúblicas, como foi a visão do periódico *O Liberal*. Fato era que a queda de Rosas representou o fim de um longo período marcado pelos projetos centralizadores por parte da Confederação Argentina na região do Rio da Prata, ameaçando assim o equilíbrio político a qual o marquês de Paraná fazia referência em suas instruções. Além disso, o fim da era rosista representou ainda a possibilidade de o governo brasileiro, sob a diretriz da intervenção, de reorganizar a sua política externa para o Prata.

## **Fontes**

### **Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)**

AHI 272/1/1

AHI 222/4/6

### **Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

RMNE (1851) - Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/relatorios-do-ministerio>

## **Periódicos**

Correio Mercantil, e Instrutivo, Político e Universal (RJ)- nº 42, 11/02/1852

O Constitucional, nº 5, 10/02/1852

Diário do Rio de Janeiro, nº 5, 10/02/1852

O Liberal: Periódico Político e Literário, nº 8912, 15/02/1852.

## **BIBLIOGRAFIA**

AUBERT, Pedro Gustavo. O Visconde do Uruguai e a política para a América do Sul independente. BARCELOS, Ana Paula; PASSETTI, Gabriel. In: **Nas teias da diplomacia: percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, p. 75-104.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O Império do Brasil e a Política de Intervenção no Rio da Prata (1843-1865)**. Brasília: FUNAG, 2018.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

CORONATO, Daniel Rei. **Diplomatas e Estancieiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852)**. 2017. 302f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - San Tiago Dantas/UNESP, UNICAMP e PUC-SP. São Paulo, 2017.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)**,

v.16, nº 2, p.217-247, 2008.

**O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2º ed.

Brasília: FUNAG, 2014.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GANDIA, Leonardo dos Reis. **A política ao fio da espada (1842-1852)**. 2015. 196f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

GOLIN, Tau. Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas. **III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales**. Chile, 2005, p. 1-11.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini; FARIAZ, Rogério de Souza. **Análise de Política Externa**. São Paulo: Contexto, 2021.

LASAGNA, Marcelo. Las determinantes internas de la política exterior: un tema descuidado en la teoría de la política exterior. **Estudios Internacionales**, Santiago, vol. 28, nº 111, Julio-Septiembre/1995, p. 387-409.

LYNCH, John. As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina: Da Independência até 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. III, 2018, p. 625- 692.

MILZA, Pierre. Política interna e Política externa. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-400.

MYERS, Jorge. **Orden y virtud: El discurso republicano en el régimen rosista**. Buenos Aires Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

OLIVEIRA, Marina Garcia. **Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)**. 2018. 393f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PARANHOS, José Maria da Silva (1819-1880). **Cartas ao Amigo Ausente.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del Régimen Rosista (1835-1852). In (org.) GOLDMAN, Noemí. **Revolución, República, Confederación (1806-1852).** Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo o Civilización y Barbarie.** Buenos Aires: Ediciones Libertador, 2010.

O Despacho para o Uruguai de bens legalistas durante a guerra civil-rio-grandense (1835-1845), **Revista Aedos**, Porto Alegre, nº 12, vol. 5, Jan/Jul de 2013, p. 215-228.

SOUTO, Nora. Argentina. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano:** La era de las revoluciones 1750-1850. [Iberconceptos – I]. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 68-79.

TAMAE, Rafael da Fonseca. **A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851.** Dissertação de Mestrado, História Social, FFLCH-USP, 2020.

TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina (1806-1852).** Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2009.

WASSERMAN, Fábio. La libertad de imprenta y sus límites: prensa y poder político en el Estado de Buenos Aires durante la década de 1850. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 10, nov. 2009, p. 130-146.

YEGROS, Ricardo S.; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai.** Brasília: FUNAG, 2013.

; RABINOVICH, Alejandro M.; CANCIANI, Leonardo (orgs.). **Caseros:** la batalla por la organización nacional. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2022 – Disponível em <https://epubreader.1bestlink.net/?state=%7B%22ids%22:%5B%221Ehb6jSpGfdTY9U23lEg3rSS6djkFsNw3%22%5D,%22action%22:%22open%22,%22resourceKeys%22:%7B%7D%7D> – Acesso em: 20 de abril de 2023.

**Recebido em Outubro de 2024  
Aprovado em Julho de 2025**